

Prezado Leitor,

Em razão de dificuldades técnicas, **Carta da China** não foi publicada em fevereiro. A secretaria executiva do Conselho Empresarial Brasil-China lamenta a interrupção inesperada e agradece as numerosas consultas que recebeu de seus leitores solicitando a pronta retomada da publicação.

Destaques desta edição:

- **“Novo interior socialista”**: programa quinquenal propõe reduzir as diferenças econômicas entre campo e cidades, mas metas não inovam em relação a programas anteriores
- **“Go west”**: política de desenvolvimento do oeste chinês ganha novo fôlego em função dos problemas recentes da região leste
- **Metas econômicas para 2006**: veja os índices definidos para PIB, inflação, investimentos, comércio exterior e desemprego
- **Novos impostos vão onerar o consumo de artigos de luxo**
- **Vice-Presidente da República visita Pequim e Xangai**

Curtas

- Inbev passa a controlar 13% do mercado chinês de cerveja
- China Eastern Airlines compra cinco jatos da Embraer
- Vinte empresas chinesas formam aliança para promover novo padrão de tecnologia da informação
- NDRC diz que não controlará preços de minério de ferro

Congresso Nacional do Povo

Novo Programa Quinquenal: agora, o campo é prioridade

Diminuir a disparidade de renda entre as zonas rural e urbana e melhorar a qualidade dos índices de desenvolvimento social do interior são objetivos que, tradicionalmente, fazem parte das políticas públicas enunciadas pelo governo central chinês. Apesar de sempre presentes, há anos tais preocupações não assumiam a centralidade e a carga retórica que marcaram o lançamento do 11º Programa Quinquenal de Desenvolvimento Social e Econômico, em meados de março.

O que é o Programa Quinquenal - O Programa é divulgado, a cada cinco anos, após sessão anual do Congresso Nacional do Povo (NPC, na sigla em inglês), principal órgão legislativo chinês. Diferentemente de legislaturas ocidentais, o NPC reúne seus cerca de 3.000 delegados em sessão plenária apenas uma vez por ano, durante dez dias, no mês de março. Em outubro, o Comitê Central

do Partido Comunista reúne-se e discute as principais propostas elaboradas por instâncias técnicas do governo ou comissões legislativas. Tais propostas serão formalmente referendadas na sessão plenária do NPC.

O Programa Quinquenal, chamado de “plano” até sua décima edição, é o principal instrumento formal de apresentação de políticas públicas na China. De inspiração soviética, os planos mudaram muito desde sua introdução, na década de 1950. Os primeiros eram extremamente detalhados e confundiam as fronteiras entre a macroeconomia e a micro-administração, chegando a determinar metas quantitativas de produção em fábricas ou empresas individuais, ou “unidades de produção” no jargão comunista. Tais relíquias históricas paulatinamente cederam lugar ao traçado de metas estratégicas e de organização abrangente da economia e da sociedade chinesas, sem mais focar sobre o desempenho individual, mas concentrando-se sobre os objetivos delineados para o conjunto da economia, temas sociais ou setores industriais.

Desde a década de 90, os planos ou programas vêm perdendo grande parte de seus slogans ideológicos e projetos grandiloquentes e abrindo espaço para planos sociais objetivos e metas econômicas claras. O 11º Programa segue a tendência recente de estabelecer metas estratégicas, mas chama a atenção em função da volta de elementos semânticos de grande importância no ideário político chinês e que pareciam relegados a meras curiosidades históricas depois da intensa abertura econômica promovida pelo presidente Jiang Zemin e pelo primeiro-ministro Zhu Rongji (1989-2003).

Reabilitação retórica – A entrada da China na Organização Mundial do Comércio (OMC), em dezembro de 2001, foi marcada por pompa e circunstância, com intensa propaganda anunciando o que parecia ser a “normalização” das relações do país com o mundo. Era como se a adesão ao novo clube, após 15 anos de negociações, passasse a legitimar a China comunidade internacional. Simbolicamente, o país escancarava suas portas para abraçar as regras do sistema multilateral de comércio; pela porta dos fundos, o governo dispensava discretamente a retórica marxista-leninista, sem que precisasse evidenciar formalmente essa transição. E, com efeito, a partir do ingresso na OMC, o discurso oficial praticamente não fez mais referências ao jargão de esquerda que o marcava desde os tempos de Mao Zedong. Nos últimos meses, porém, parece estar havendo um ressurgimento do campo retórico da luta de classes e da busca de um ideário socialista pouco compatível com o imenso grau de abertura econômica do país. Trata-se de tática política que pode levar a resultados perigosos.

O objetivo central declarado do novo Programa é construir um “novo interior socialista” e elevar o padrão de vida dos habitantes das zonas rurais. Segundo o primeiro-ministro Wen Jiabao, levar desenvolvimento para todos os chineses é “uma missão histórica do Partido Comunista. Diversos conflitos antigos e enraizados ainda precisam ser resolvidos de maneira estrutural, e novos problemas têm surgido e não podem ser ignorados”. A vinculação dos programas quinquenais com projetos ditos socialistas vinha sendo abandonada em prol de um discurso pró-mercado e mais difuso, especialmente reforçado pela expressão, cunhada pelo presidente Hu Jintao e de presença freqüente em documentos oficiais, de construção de uma “sociedade harmoniosa”.

A zona rural - Cerca de dois terços da população chinesa vivem fora dos centros urbanos, e metade depende exclusivamente das atividades rurais para garantir seu sustento. Em 2004, a produção agrícola respondeu por 47% do total de empregos, mas por apenas 15% da formação do PIB. Já a produção industrial, principal geradora de renda e fortemente concentrada na zona litorânea, respondeu por 53% do PIB.

A diferença acima, aliada à baixa produtividade – característica da agricultura chinesa, medida em relação ao emprego de capital ou de trabalho, evidencia a expressiva disparidade de renda entre zonas urbanas e rurais muito expressiva. Durante toda a década de 1990, enquanto a renda per capita nas cidades crescia a taxas superiores a 10% por ano, o índice agrícola era de cerca de 2,5%. Em 2005, a renda per capita nas áreas urbanas foi de US\$ 1.310; nas

áreas rurais, de US\$ 405. Não houve retrocesso em relação aos padrões de renda prevalecentes anteriores à abertura econômica. Foi justamente o contrário: as condições de renda no campo melhoraram lentamente no último quarto de século. A disparidade entre campo e cidade, contudo, tornou-se um indutor de tensões e ressentimento entre a população rural.

A partir de 2003, o crescimento da renda no campo começou a acelerar. Parte do fenômeno resulta da alocação crescente de trabalho rural a produtos mais rentáveis, como frutas (em poucos anos, por exemplo, a China tornou-se o maior produtor mundial de maçãs e suco de maçã). Outra parte, no entanto, parece resultar meramente dos fortes aumentos de preços de produtos alimentícios dos últimos três a quatro anos, mas faltam estatísticas conclusivas para avaliar a extensão deste fator. Independentemente das razões específicas, o fato é que se tem registrado tendência de aumento das disparidades de renda entre campo e cidades: o PIB per capita rural cresceu 6,2%, contra 9,6% nas cidades.

As condições de vida no campo foram agravadas não só por conta do crescimento insuficiente da renda, como também em função da redução dos gastos governamentais com serviços públicos na última década, em especial com saúde e educação. Deng Xiaoping foi claro ao afirmar, no lançamento de seu plano de abertura à economia, que “uns enriqueceriam antes que outros”. Não se imaginava, entretanto, que a disparidade pudesse ser tamanha. Estudo da OCDE (Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico) mostrou que os gastos públicos com saúde, educação, cultura e ciência representaram 5,5% do PIB chinês em 2002, valor muito baixo se comparado aos 28,2% nos países-membros da organização.

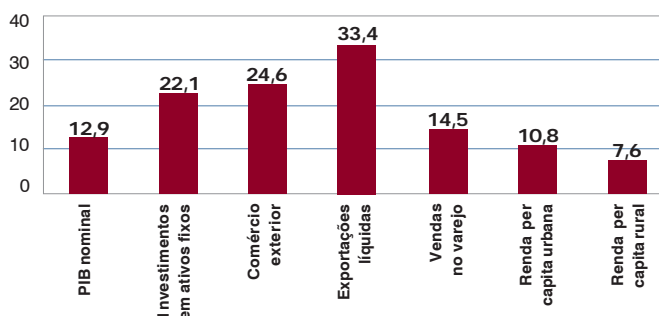
Além de ser uma tentativa de reduzir a desigualdade, o estímulo ao desenvolvimento das zonas rurais foi apresentado como um elemento central na busca por redução das tensões sociais. Estatísticas oficiais reportam que, em janeiro, o número de protestos envolvendo 15 ou mais pessoas cresceu 6,6%, para 87 mil. Já o número total de pessoas envolvidas em tais protestos chegou a 3,8 milhões.

Em 2006, o governo central promete investir US\$ 42,3 bilhões nas áreas rurais, um aumento de 14% em relação ao ano anterior. A maior parte do dinheiro extra servirá para incrementar os gastos com subsídios agrícolas, especialmente a fim de estabilizar os preços dos grãos, e em projetos de infra-estrutura.

Crescimento mais saudável - O 11º Programa Quinquenal reforçou as orientações gerais sobre a condução macroeconômica do país, que haviam sido delineadas durante a reunião anual do Comitê Central do Partido Comunista, em outubro passado. O crescimento econômico a partir de agora, diz o programa, deverá atender mais a objetivos qualitativos do que quantitativos, e buscará corrigir as distorções provocadas pelo rápido crescimento, as quais, além das desigualdades sociais e problemas ambientais, encontram-se também em um modelo econômico excessivamente dependente de investimentos e exportações. Na prática, o que se busca é encontrar novos pontos de sustentação do crescimento, especialmente por meio de uma expansão mais robusta do consumo interno (veja artigo sobre novos impostos nesta edição). Entre 2001 e 2005, o crescimento médio dos investimentos em ativos fixos foi de 22,1%, enquanto que as vendas no varejo cresceram 14,5% (veja gráfico 1).

Crescimento econômico chinês

(%, média anual entre 2001 e 2005)



Fonte: Citigroup Global Markets

Metas claras, mas que pouco inovam – O novo Programa Quinquenal foi acompanhado pela definição de 22 indicadores quantitativos para os próximos cinco anos, ligados em sua maior parte a serviços públicos, condições de vida, macroeconomia e desenvolvimento sustentável, dentre os quais se destacam:

- Crescimento anual do PIB de 7,5% nos próximos cinco anos. Em 2010, o PIB chinês chegaria a US\$ 3,2 trilhões, e o PIB per capita ultrapassaria US\$ 2.400, ou 2,5 vezes mais do que o índice de 2000.
- Abolição dos impostos sobre produção agrícola (estimados em US\$ 4,1 bilhões em 2005);
- Extensão dos benefícios de sistemas de saúde baseados em cooperativas a 80% dos agricultores, contra 23% em 2005;
- Gastos com educação a 4% do PIB, contra 2,7% em 2005;
- Expansão do sistema de previdência social urbana de 174 milhões de pessoas para 223 milhões;
- Ampliação do quociente de população urbana a 47% , contra 41,8% em 2004;
- Taxa de desemprego de 5%, 45 milhões de empregos criados nas áreas urbanas e redução de 45 milhões do número de trabalhadores do setor agrícola;
- Crescimento anual de 5% na renda per capita das áreas urbanas e rurais. Trata-se de taxa idêntica à definida no Plano Quinquenal anterior, quando, na prática, a renda urbana cresceu 9,6% e a rural, 5%.
- Redução da intensidade do uso de recursos energéticos – medida em relação ao crescimento do PIB – em 20%.
- Comércio exterior de US\$ 2,3 trilhões em 2010, contra US\$ 1,4 trilhão em 2005.

Metas 2006 – Para este ano, o governo central volta a apontar para a necessidade de redução no ritmo de atividade econômica, prevendo crescimento de 8% do PIB, redução significativa em relação aos 10% de 2005. Desde o final de 2002, o governo vem emitindo sinais de preocupação – e controles administrativos para lidar com o tema – em relação ao aquecimento da economia. O novo Programa aponta necessidade de crescimento do PIB menos intenso, mas não apresenta métodos claros para atingir o objetivo.

Redução expressiva também está prevista para os investimentos em ativos fixos, cuja meta para 2006 é de 18%, menor que os 24,2% registrados em dezembro último. Já os preços ao consumidor devem sofrer o leve aumento de 3% em 2006, mas ainda dentro de uma margem pouco preocupante para o governo.

Metas macroeconômicas para 2006

| | |
|---|-------|
| Crescimento do PIB | 8,0% |
| Crescimento dos investimentos em ativos fixos | 18,0% |
| Índice de Preços ao Consumidor | 3,0% |
| Crescimento do comércio exterior | 15,0% |
| Taxa de desemprego | 4,6% |
| Déficit fiscal em relação ao PIB | 1,5% |
| Redução da intensidade de energia (índice de consumo de energia / PIB) | 4,0% |

Fonte: Citigroup Global Markets

Metas nem sempre traduzidas em resultados – Depois de mais de dois anos combatendo o aquecimento da economia com expedientes administrativos, a China registrou os índices de 9,5% e 10% de crescimento em 2004 e 2005, respectivamente, ao passo que, no início de cada ano, o governo anunciara metas na faixa de 7,5% a 8,5%. Grande parte da dificuldade de contenção do acelerado crescimento econômico chinês reside no alto grau de autonomia das províncias em relação ao poder central. Objetivos enunciados por Pequim não são necessariamente acatados à risca nas instâncias provincial e municipal, especialmente no campo de investimentos e por meio da concessão de créditos dos bancos estatais por orientação de governos locais mais política do que técnica.

Há poucas razões para crer que as metas enunciadas para o novo Programa Quinquenal resultem em modificações profundas no contexto de disparidades crescentes de renda. Além de mais de uma década de desacoplamento crescente entre metas declaradas e resultados atingidos, são vários os elementos que conduzem a esta avaliação:

1. As novas metas macroeconômicas, apesar da intensidade da carga retórica com que foram anunciadas, pouco diferem das de anos anteriores.
2. Não foram explicitados mecanismos ou recursos para atingir as metas mais ambiciosas, como a extensão dos serviços de saúde pública a 80% dos trabalhadores rurais.
3. O anúncio do objetivo de taxa de desemprego de 5% implica apenas imobilidade da taxa oficial e não propõe correção da metodologia de cálculo dessa taxa, que é artificialmente baixa.
4. O Programa não faz referência ao fato de que as dezenas de milhões de migrantes de regiões rurais que não encontram emprego nas cidades não são contabilizados nas estatísticas oficiais de desemprego.
5. A proposta de retirada de 45 milhões de trabalhadores do campo simplesmente reflete a taxa média de migração às cidades dos últimos anos, mas não são mencionados os cerca de 200 milhões de trabalhadores rurais que não encontram emprego regular (conhecidos como “mão-de-obra flutuante”).
6. A abolição de impostos sobre a produção rural não surtirá efeito sem imposição de maiores controles à arbitrariedade de lideranças políticas em nível local, que freqüentemente impõem taxas abusivas sobre a produção.
7. O aumento dos subsídios agrícolas pode ser um paliativo para a necessidade imediata de aumento da renda no campo, mas não corrige os problemas estruturais ligados à baixa produtividade da agricultura chinesa.

A grande contribuição do governo à redução das disparidades entre campo e cidades poderá resultar, portanto, no aumento dos gastos com educação. O Programa Quinquenal sugere que o governo central passará a custear a maior parte do sistema educacional – relegado a um segundo plano por porção significativa dos governos municipais – e imporá regras para assegurar educação mínima compulsória de nove anos para todos os chineses.

O jogo político – Desde que assumiu o poder, o Presidente Hu Jintao procura diferenciar-se de seu antecessor, Jiang Zemin. Os dois têm estilos marcadamente distintos: Jiang é uma personalidade expansiva, fluente em cinco idiomas, que ao final do governo começara a flertar perigosamente com o culto a sua personalidade; Hu, por outro lado, é mais introvertido, fez uma carreira mais discreta e, antes de tornar-se presidente e secretário-geral do partido, jamais viajara ao exterior.

Mais do que uma disputa entre estilos diferentes, o que está em jogo é um movimento sutil para consolidação do poder de Hu Jintao. Embora detenha os três principais postos de comando do país (presidente da república, secretário geral do Partido Comunista e presidente da Comissão Militar Central), Hu ainda precisa lidar com um legado político complexo e com um entorno de lideranças políticas, especialmente no Conselho de Estado, que não necessariamente lhe é leal ou amistoso, mas que ali chegou por meio de uma complicada operação de engenharia política executada por Jiang Zemin nos seus últimos à frente do governo. Da mesma forma, precisa atender, em várias instâncias, às demandas de membros do partido de linha mais dura, que questionam a legitimidade dos processos de abertura e de crescimento econômico, bem como a geração de riquezas para poucos em detrimento da massa de trabalhadores.

Ao priorizar o social, Hu não está apenas atendendo a demandas evidentes do país, mas também imprimindo ao governo uma nova marca. Jiang focou sua ação no crescimento econômico muito intenso e na atração da nova classe de empresários ao partido; Hu orientou seu discurso, já nos primeiros meses à frente do governo e do partido, à busca de uma “sociedade harmoniosa”, isto é, menos orientada à busca do crescimento a qualquer custo, mas caracterizada por menores disparidades. E agora vem anunciar a busca de um novo “interior socialista”, levando às massas de trabalhadores agrícolas promessas de difícil consecução.

Ecoss do passado e perigos à vista – As cada vez mais freqüentes declarações de Hu Jintao e do primeiro-ministro Wen Jiabao relativas à necessidade de resgate da dívida histórica para com o campo, carregadas de forte apelo emocional e agora reforçadas pelo conteúdo retórico do lançamento do novo Programa Quinquenal, atendem, pelo menos, a dois objetivos dos líderes. De um lado, imprimem à formulação de políticas públicas um grande projeto de cunho sócio-econômico que os diferencia definitivamente de Jiang Zemin e Zhu Rongji. De outro, os apelos às massas de trabalhadores rurais, que não deixam de ter conotação populista, acarretam a busca de uma base de poder além do apoio de lideranças do partido, legitimada pelas esperanças agora devidamente mobilizadas de centenas de milhões de camponeses.

O perigo reside em apelar às massas. A história chinesa é repleta de exemplos de tentativas de consolidação do poder do imperador ou de lideranças centrais por meio da sensibilização dos pobres e destituídos que redundaram em catástrofes políticas. Assim foi na Revolução dos Boxers ou, de forma muito mais dramática, na Revolução Cultural. Em quase todos os casos registrados na historiografia chinesa, as manobras de mobilização dos humores públicos resultaram em forte instabilidade e crises de governabilidade. A inexistência de movimentos políticos organizados no país torna um cenário de forte instabilidade menos provável, mas não menos possível.

É um fato que a tensão no campo está crescendo. A própria divulgação de estatísticas sobre manifestações até recentemente tratadas como segredo de Estado tem uma conotação de atentar aos governos locais a necessidade de melhorar o tratamento dispensado aos trabalhadores rurais. A grande dificuldade com que Hu e Wen se depararão, a partir de agora, será transformar as promessas em mudanças perceptíveis no campo.

Maiores investimentos em educação são, certamente, um passo no sentido de estimular o desenvolvimento no campo. Mas isso ocorrerá a longo prazo. Evidências anedóticas indicam que as tensões correntes são muito mais ligadas à corrupção e abusos de autoridades locais do que propriamente a disparidades de renda. E aqui há um paralelo importante com as manifestações estudantis de 1989.

Contrariamente a versões populares no ocidente, as manifestações de 1989, que eclodiram no massacre da Praça Tiananmen, não tiveram demandas de democracia ou reforma do regime em sua origem. Tais demandas se articularam ao longo das semanas de duração dos protestos estudantis, embora não houvesse movimentos organizados nem propostas claras de como uma mudança de regime poderia ocorrer. A origem do descontentamento popular, no entanto, estava mais ligada à insatisfação com a vasta corrupção que grassava no país devido ao sistema de preços duais então vigente.

Na primeira década de abertura econômica, a China conviveu com preços duplos para praticamente todos os produtos e serviços. Um era o preço estabelecido e controlado pelo governo e colocado ao alcance de todos segundo quotas de distribuição ou acesso. Outro, mais alto e aplicável aos excedentes de produção fora das quotas estabelecidas, era determinado livremente no mercado, à medida que os controles governamentais eram reduzidos.

A ira popular era então inflamada pelo fato de funcionários do governo ou instituições oficiais terem acesso privilegiado aos produtos vendidos com preços controlados e revendê-los a preços de mercado, apropriando-se das lucrativas diferenças. A corrupção decorrente do sistema era o grande problema, e o que se pedia então era mais justiça, eventualmente com uma revisão profunda da estrutura do Estado. Após o massacre de Tiananmen, o sistema de preços duais foi rapidamente abolido.

Hoje, outro sistema dual está em vigor e diretamente associado ao crescimento recente de manifestações por todo o país, especialmente de camponeses: o acesso diferenciado à terra. A China ainda não tem garantias sólidas de propriedade rural. Apesar de avanços nos últimos anos, as garantias dadas a agricultores são muito frágeis, e o sistema jurídico não é suficientemente robusto para defendê-los. A terra pode ser repentinamente expropriada por governos

locais para uso em projetos que julguem mais rentáveis e vendida a empreendedores por preços superiores aos estipulados para as compensações pagas a agricultores assim removidos de suas propriedades.

A arbitrariedade de expropriações, a corrupção freqüentemente reportada de governos locais e a inadequação das compensações pagas a agricultores estão entre os principais elementos que inflamam o descontentamento popular no país. A disparidade de renda é evidentemente também importante, mas não acarreta as mesmas reações populares. Neste contexto, atingir as massas com o discurso de um “novo interior socialista” poderá revelar-se uma tática perigosa se o governo central não conseguir impor – e rapidamente – maiores controles sobre corrupção e abusos de autoridade no campo.

Defesa comercial I

Acordo de restrição voluntária limita importação de 60% dos têxteis chineses

Nos moldes do que havia sido acordado com Estados Unidos e União Européia, o governo chinês concordou em limitar suas vendas de produtos têxteis e vestuários também para o Brasil. O acordo de restrição voluntária engloba 70 produtos diferentes, agrupados em oito categorias (veja listagem abaixo), que representam 60% do volume total de têxteis chineses importados pelo Brasil. No caso do acordo com os Estados Unidos, a limitação chinesa engloba 45% das importações. Com a União Européia, 30% estão sujeitos à restrição.

O acordo, estabelecido entre o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) brasileiro e o Ministério do Comércio chinês, determina quotas para o aumento de importações de cada produto. As quotas são crescentes, e o prazo de vigência encerra-se em 2008. O crescimento anual varia de acordo com o produto, mas as margens ficaram entre 8% e 20%. As negociações para restrição voluntária duraram cerca de cinco meses e estiveram muito próximas de serem encerradas durante reunião dos ministros Luiz Fernando Furlan e Bo Xilai em dezembro passado, em Hong Kong, realizada paralelamente ao encontro ministerial da Organização Mundial do Comércio.

As importações brasileiras de têxteis e vestuário chineses foram de US\$ 395 milhões em 2005, crescimento de 43% em relação a 2004, segundo dados da ABIT (Associação Brasileira da Indústria Têxtil). Entre os produtos incluídos no acordo estão aqueles cujo aumento das importações brasileiras foi considerado mais expressivo.

Em novembro de 2005, o governo brasileiro publicou dois decretos que internalizam a aplicação de salvaguardas unilaterais contra importações chinesas de têxteis e demais produtos. O mecanismo está previsto no protocolo de acessão da China à OMC, assinado em 2001. Ao contrário das salvaguardas unilaterais, o acordo de limitação voluntária foi fruto de um processo de negociação sem dano político às relações bilaterais. Dada a abrangência do acordo, é pouco provável que o governo brasileiro implemente salvaguardas adicionais para outros segmentos têxteis. No entanto, a limitação voluntária não elimina a possibilidade de imposição de salvaguardas unilaterais sobre outros produtos, igualmente cobertos por mecanismo especial definido no contexto de ingresso da China na OMC. Dezenas de petições solicitando imposição de barreiras foram encaminhadas aos órgãos de defesa comercial do MDIC, em especial pelas indústrias de óculos escuros, brinquedos, alto-falantes e máquinas.

Categorias de produtos abrangidos pelo acordo têxtil Brasil-China

| | 2006* | 2007 | | 2008 | |
|--------------------------------|------------------------------|------------------------------|----------------------------|------------------------------|----------------------------|
| | Crescimento máximo permitido | Crescimento máximo permitido | Volume máximo em toneladas | Crescimento máximo permitido | Volume máximo em toneladas |
| Veludo | 12,5% | 15,0% | 580 | 20,0% | 696 |
| Bordados | 12,5% | 15,0% | 317 | 20,0% | 396 |
| Camisas de malha | 12,5% | 15,0% | 2.153 | 20,0% | 2.691 |
| Fios texturizados de poliéster | 12,5% | 15,0% | 21.196 | 20,0% | 25.435 |
| Tecidos sintéticos | 12,5% | 15,0% | 55.569 | 20,0% | 66.683 |
| Sobretudos e mantos | 12,5% | 15,0% | 7.879 | 20,0% | 9.455 |
| Suéteres e pulôveres | 8,0% | 9,0% | 1.275 | 10,0% | 1.402 |
| Tecidos de seda | 8,0% | 9,0% | 66 | 10,0% | 73 |

*Os números em toneladas acordados para 2006 serão calculados considerando o período compreendido entre a data em que o acordo entrará em vigor e 31 de dezembro de 2006.

Fonte: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

Defesa comercial II

Comissão europeia adota medida *antidumping* contra calçados de couro da China e do Vietnã

A Comissão de Comércio da União Europeia anunciou a imposição de medidas *antidumping* provisórias contra calçados de couro importados da China e do Vietnã pelos próximos cinco meses. Segundo o comissário do comércio Peter Mandelson, uma investigação preliminar identificou “evidências claras” de intervenção estatal na produção de calçados desses países e danos à indústria europeia. Segundo os europeus, os calçados chineses e vietnamitas analisados não refletem uma “vantagem comparativa natural” da base produtiva desses países, mas exibem evidências de “práticas comerciais injustas”.

A fim de minimizar os impactos sobre os importadores europeus, a medida será imposta gradualmente ao longo de cinco meses a partir de 7 de abril. As tarifas sobre os calçados chineses chegarão a 19,4%, e sobre os vietnamitas, a até 16,8%. Segundo a comissão, “tais taxas serão suficientes para corrigir o dano causado aos produtores europeus pelo *dumping*”. Foram excluídos da sobretaxa os calçados infantis, a fim de não afetar famílias com crianças pequenas, e modelos esportivos, que, segundo Mandelson, têm produção reduzida na Europa. No total, 9% do volume de calçados vendidos na UE sofrerão restrições.

De acordo com a investigação conduzida pelos europeus, as intervenções dos governos de China e Vietnã no setor têm se dado por meio de financiamento barato, isenções de impostos, vantagens imobiliárias e incentivos às exportações. Segundo Mandelson, tais práticas intervencionistas têm gerado um ambiente de competição injusta internacionalmente, com graves danos aos produtores europeus. Desde 2001, a produção europeia de calçados sofreu retração de 30% e cerca de 40 mil empregos foram perdidos.

De acordo com agências internacionais, Pequim sugeriu que dará início a uma reclamação na Organização Mundial do Comércio (OMC) contra as medidas europeias. O governo chinês diz que as acusações de *dumping* “carecem de provas” e que não passam de um “protecionismo óbvio”.

A comissão europeia fez questão de destacar que as medidas contra os calçados não têm qualquer relação com o acordo têxtil de restrição voluntária das exportações chinesas. “A questão dos têxteis trata de um comércio justo de produtos cujas importações aumentaram dramaticamente em volume. A Comissão Europeia nunca sugeriu que as exportações chinesas de têxteis fossem injustas ou ilegais”. As medidas colocadas em prática contra os calçados baseiam-se em procedimentos detalhados no Acordo Antidumping da OMC, de 1994.

China aumenta impostos sobre grandes veículos e artigos de luxo

O governo chinês anunciou que aumentará os impostos para aquisição de “veículos de luxo”, definidos como automóveis com motores de volume de combustão superiores a 2.0 litros, dos atuais 8% a 20%. Não haverá alterações na tributação sobre automóveis com motores menores.

A medida foi anunciada como parte do conjunto de iniciativas para reduzir o consumo de energia no país. Embora apenas 1,5% dos chineses possuam automóveis próprios, o mercado encontra-se em expansão acelerada, congestionamentos fazem parte da paisagem das grandes cidades (eram raros há apenas cinco anos) e transportes automotivos já respondem por um terço do consumo de petróleo na China, o segundo maior consumidor de petróleo do mundo e o terceiro mercado de automóveis. Em ambas as categorias, a dimensão do consumo chinês está crescendo rapidamente, com impactos significativos sobre os preços de insumos energéticos e as cadeias globais de produção automotiva.

As novas taxas deverão afetar duramente os segmentos superiores do mercado automotivo. Grandes veículos utilitários, por exemplo, foram o segmento de mais forte expansão em 2005. Da mesma forma, a expansão da elite chinesa tem sido acompanhada de perto pelo aumento das vendas de automóveis sofisticados de montadoras como BMW, Mercedes Benz e Audi, as quais sentirão forte impacto da medida. Já as líderes no mercado chinês Volkswagen e General Motors deverão registrar impacto moderado, uma vez que oferecem maior diversidade de produtos.

Críticos às novas taxas apontam que elas terão pouco ou nenhum efeito sobre o objetivo alegado de redução do consumo de energia. Na prática, estimam que o encarecimento dos segmentos mais altos do mercado automotivo beneficiará as montadoras chinesas especializadas em veículos populares, empurrando o consumidor a optar preferencialmente por veículos de menor potência em detrimento das vendas de carros importados e do desempenho de montadoras estrangeiras no país.

As novas taxas parecem complementar os estímulos, lançados em 2003, de aumento do conteúdo tecnológico e de componentes nacionais na indústria automobilística chinesa. O governo chinês tem orientado as principais montadoras nacionais a tornarem-se atores de escala e qualidade globais, em estratégia semelhante às adotadas por Japão e Coreia do Sul em décadas anteriores. Neste sentido, as taxas contribuiriam para aumentar a demanda interna pelos veículos relativamente mais simples produzidos em indústrias nacionais.

Por outro lado, as novas taxas, especialmente se considerados o momento e o formato de seu lançamento, encerram mais um elemento de apelo às massas que se soma às declarações recentes do presidente e do primeiro-ministro. Simultaneamente às taxas automotivas, foram anunciados novos impostos sobre o consumo de equipamento de golfe, iates e relógios de luxo (curiosamente, cremes para a pele e xampu, antes considerados produtos para a elite e taxados como tal, agora passarão a ser tributados como artigos de consumo popular). O impacto fiscal dos novos tributos, que afeta uma parcela ínfima dos consumidores, será muito pequeno em relação aos recursos arrecadados pelo Estado. No entanto, a mensagem subliminar que se passa é de maior rigor fiscal sobre artigos caracteristicamente consumidos pelas elites em rápido enriquecimento. Ou seja, o Estado estaria exercendo maior controle sobre as elites enquanto lança os apelos de construção de um “novo interior socialista” e de redução das disparidades nacionais de renda.

Ainda em linha com as preocupações ambientais inerentes às novas medidas, foi anunciada taxa adicional de 5% sobre o consumo de palitos descartáveis de madeira. A China consome diariamente dezenas de toneladas de madeira em palitos descartáveis.

Política de desenvolvimento do oeste chinês ganha novo fôlego

Seis anos após o lançamento da política de desenvolvimento do oeste chinês, apelidada de “*go west*” pelos líderes políticos chineses, os resultados econômicos colhidos têm sido modestos e mostraram-se, até agora, ineficazes na tarefa de diminuir a disparidade de renda em relação à região leste.

Balanco feito pela *Economist Intelligence Unit* com base nos principais dados macroeconômicos das províncias do oeste entre 1999 e 2004 mostra que a média de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) da região foi de 10%. No mesmo período o país todo cresceu, em média, os mesmos 10%, mas sob uma base de comparação bem mais elevada. Já os investimentos estrangeiros diretos nas províncias do interior, amplamente definidas pelo governo como “oeste”, foram de US\$ 2 bilhões anuais, cerca de metade do volume que a cidade de Xangai sozinha recebeu anualmente.

O crescimento do oeste aquém do necessário para acompanhar a evolução do PIB per capita do leste não significa que a região não tenha registrado avanços importantes graças, em parte, às políticas governamentais de estímulo fiscal à instalação de fábricas e novos negócios. As cidades ao longo do rio Yangtze, como Chang´an e Chongqing, que podem aproveitar-se de um meio de transporte barato, assistiram à instalação, nos últimos anos, de unidades fabris da Ford, Intel, Alcatel, Corning, Ericsson, Microsoft, Motorola e Nokia, por exemplo.

Mais do que vantagens fiscais – Parte crescente do incentivo para que empresas multinacionais ou chinesas deixem a costa e rumem para o interior não está nos benefícios fiscais presentes no oeste, mas nos problemas recentes que indicam algum grau de saturação dos negócios da região leste. Custos altos para compra e aluguel de imóveis ou terrenos, pressões para aumentos salariais e até mesmo falta de mão-de-obra – qualificada ou não – em algumas regiões do Delta do Rio das Pérolas são as justificativas mais comuns de empresas que optam por abrir novas fábricas longe dos centros tradicionais.

Segundo a consultoria DTZ, o preço médio do aluguel diário nas principais zonas industriais de Xangai varia de \$ 0,5 yuan a \$ 1,6 yuan o metro quadrado. Em contraste, no Parque de Alta Tecnologia de Chongqing, o metro quadrado pode ser até cinco vezes mais barato e costuma oscilar entre \$ 0,25 e \$ 0,33 yuan. Do ponto de vista da mão-de-obra, o problema mais grave está em Guangdong, principal província industrial da China. Segundo dados oficiais, o déficit de trabalhadores já chega a 2 milhões, ou 10% da força de trabalho local.

Logística – Para muitas empresas, as vantagens fiscais, os custos mais baixos de compra e locação e a maior oferta de mão-de-obra não são atrativos suficientes para justificar a mudança para o oeste. Além da burocracia local e da infra-estrutura em processo de aperfeiçoamento, os principais impeditivos são de ordem logística.

Segundo levantamento do *Economist Intelligence Unit*, o transporte rodoviário entre Chongqing e Xangai, considerado mais eficiente, custa cerca de cinco vezes mais do que o transporte ferroviário e 28 vezes mais do que o pluvial. Apesar de mais baratos, a rede ferroviária e os rios não estão preparados para atender à demanda crescente. O corredor ferroviário que liga as principais cidades do oeste à costa, por exemplo, tem capacidade para atender a apenas 40% da demanda. Segundo estimativas do governo central, somente 15% da capacidade de navegação do rio Yangtze são utilizados, e só deverá ser expandida de maneira mais expressiva a partir de 2009, quando parte do complexo hidrelétrico de Três Gargantas estiver concluído.

Região estratégica - Além de buscar reduzir as disparidades de renda e de desenvolvimento econômico entre o leste e o oeste, a campanha “*go west*” é um instrumento importante do governo central para garantir fontes seguras de fornecimento de matérias-primas energéticas. Além de ser rica em carvão, petróleo e gás natural, a província “autônoma” de Xinjiang, a mais distante da costa, é um portão de entrada para as reservas energéticas da Ásia Central,

uma vez que faz fronteira com Cazaquistão, Tajiquistão, Quirguistão e Paquistão. Em 2005, um gasoduto de 4 mil quilômetros de extensão iniciou o transporte de gás natural de Yining, na fronteira com o Cazaquistão, para Xangai. Também na província de Xinjiang, um duto, dessa vez para transporte de petróleo, deverá ligar Dushanzi, na China, a Atasu, no Cazaquistão.

Além de rica em recursos energéticos, a província de Xinjiang é conhecida por seu histórico de tensões separatistas. Formada majoritariamente por mulçumanos de origem turca, a região concentra chineses da etnia uigur. Estes têm maior afinidade cultural com turcos ou persas do que com os chineses de etnia han, que migram em quantidades cada vez maiores à província.

Em 1945, uma rebelião liderada pelos uigures criou a República Independente do Turquestão, aliada aos soviéticos. Em 1949, com a fundação da República Popular da China, a região foi reintegrada, mas os conflitos têm se repetido. O último foi em 1997, quando um grupo de uigures lançou novo movimento separatista rapidamente sufocado pelo governo central. A estratégia do governo é buscar acalmar os movimentos separatistas por meio da integração econômica e do desenvolvimento social e da modificação da composição étnica da região, estimulando a imigração de chineses de etnia han. Estes elementos conferem à campanha de desenvolvimento do oeste um caráter não apenas de promoção do crescimento regional, mas também de suporte à garantia de estabilidade nacional.

ALC

China planeja acordo de livre comércio com a África

A visita do ministro das Relações Exteriores, Li Zhaoxing, a seis países da África (Cabo Verde, Senegal, Mali, Libéria, Nigéria e Líbia) deixou clara a disposição do governo chinês em fortalecer as relações com antigos parceiros africanos, como os nigerianos, e em buscar novos aliados no continente. A visita foi realizada logo após a emissão de um documento governamental delineando a política externa chinesa para a África, no final de janeiro.

A política de aproximação com países africanos busca atender à crescente demanda chinesa por recursos naturais e explorar relações comerciais com parceiros pouco tradicionais no comércio das principais economias ocidentais. A intenção é negociar um acordo de livre-comércio com o continente africano no médio prazo, conforme divulgado pelo governo chinês em janeiro de 2006.

O comércio entre a China e os países africanos cresceu 39%, para US\$ 32,17 bilhões em 2005 em relação ao ano anterior, segundo estatísticas alfandegárias chinesas. De acordo com a *Economist Intelligence Unit*, as exportações chinesas para a África totalizaram US\$ 15,25 bilhões, enquanto as importações foram de US\$ 16,92 bilhões entre janeiro e outubro de 2005.

A presença chinesa no continente já está caracterizada no setor petrolífero. A CNOOC (National Offshore Oil Corporation) adquiriu, no início de janeiro, 45% das ações do campo de petróleo e gás Nigerian Oil Mining Licence 130. Além do setor energético, empresas estatais chinesas começam a investir em infraestrutura, agricultura, mercado varejista e hotelaria. A estratégia combina comércio e investimento com programas de saúde, educação e de desenvolvimento tecnológico, diferentemente do apoio chinês aos movimentos de independência africana nas décadas de 1960 e 1970, que tinham forte conotação ideológica.

Governos europeus temem que um maior envolvimento da China na África mine as possibilidades de o continente superar problemas políticos e socioeconômicos. O motivo vai além do aumento da importância do capital chinês para a sustentabilidade econômica desses países, mas se fundamenta no apoio que a China acaba emprestando a regimes acusados por organismos internacionais de desrespeito aos direitos humanos.

Vice-Presidente da República visita Pequim e Xangai

O vice-presidente José Alencar visitou a China entre 20 e 24 de março, à frente de delegação composta por vários ministérios. O objetivo principal da visita foi instalar a Comissão Sino-Brasileira de Alto Nível de Concertação e Cooperação (Cosban), mecanismo acordado entre os dois países durante a visita ao Brasil do Presidente Hu Jintao, em novembro de 2004. A Comissão, liderada pelo vice-presidente e pela Vice-Primeira-Ministra Wu Yi, atua como foro de concertação, no mais alto nível, dos principais temas da agenda político-econômica sino-brasileira.

A reunião da Cosban foi encerrada com a assinatura de 12 documentos, nos quais os dois governos se comprometeram a reforçar a colaboração nas áreas de agricultura, energia, mineração, tecnologia da informação, infra-estrutura e alta tecnologia, bem como nas negociações multilaterais da Organização Mundial do Comércio. Alencar e Wu também anunciaram apoio à criação de empresas mistas, ao aumento do comércio bilateral e do investimento, e à solução das tensões comerciais de forma amistosa. A China voltou a expressar seu interesse em operações diretas no comércio de soja e outorgou ao Brasil permissão para exportar soja transgênica durante cinco anos.

Em Xangai, o vice-presidente cumpriu extensa agenda empresarial, que incluiu visitas a indústrias e encontros com autoridades e empresários locais. Ressaltou que ali estava para "dar sua bênção aos negócios entre os dois países".

No dia 22, o vice-presidente participou de seminário para investidores chineses organizado pelo **Conselho Empresarial Brasil-China**. Participaram mais de 250 executivos chineses, além da delegação brasileira que acompanhava o vice-presidente. Durante meio dia, foram apresentados o ambiente macroeconômico brasileiro (exposição de Octavio de Barros, do Banco Bradesco), as experiências de investidores estrangeiros no País (com exposições de executivos da alemã ThyssenKrupp e das chinesas Huawei e Minmetals) e a dinâmica do setor de carnes como um exemplo da competitividade brasileira no agronegócio (palestra de Christian Lohbauer, da Associação Brasileira de Exportadores de Frangos).

No mesmo seminário foi lançado o **Foro Brasil**, iniciativa proposta pelo embaixador brasileiro em Pequim, Luiz Augusto de Castro Neves, e estruturada pelo CEBC. O Foro, cujo presidente fundador é o representante do Banco Itaú BBA em Xangai, Daniel Covre, congregará informalmente as empresas brasileiras com operações ou representação na China, de forma a articular seus interesses coletivos. O Foro não apenas tem grande coincidência de empresas associadas com o CEBC, como também atua de forma complementar ao Conselho, uma vez que tem capacidade de monitorar cotidianamente os temas de interesse das empresas brasileiras na China. Juntamente com Covre, dirigirão o Foro Brasil os representantes de Companhia Vale do Rio Doce, Embraco e Embraer no país.



Nesta edição não será publicada reprodução de artigo da Oxford Analytica.

Cervejaria

Inbev passa a controlar 13% do mercado chinês de cerveja

A cervejaria belgo-brasileira Inbev fechou acordo no final de janeiro para a aquisição, por US\$ 742,57 milhões, da Fujian Sedrin Brewery. Maior cervejaria do mundo em volume de produção e dona das marcas Stella Artois, Beck's, Brahma e Antarctica, a Inbev anunciou que deve adquirir, inicialmente, as ações pertencentes ao governo (39,48% do total) assim que obtiver a aprovação das agências regulatórias chinesas. A fatia dos investidores estrangeiros (60,57%) deve ser adquirida em um ou mais estágios até o final de 2007.

A Inbev já possui 30 fábricas na China e é líder nas oito províncias em que opera: Fujian, Guangdong, Hebei, Hubei, Hunan, Jiangsu, Jiangxi e Zhejiang. Com a compra da Fujian Sedrin, ela se tornará a segunda maior cervejaria da China e controlará cerca de 13% do mercado local. Mesmo sendo o maior mercado consumidor de cerveja do mundo, a indústria cervejeira chinesa não apresenta grande lucratividade devido ao baixo preço do produto e à pulverização do setor.

Aviação

China Eastern Airlines compra cinco jatos da Embraer

A China Eastern Airlines Wuhan aprovou, no final de janeiro, a compra de cinco jatos ERJ 145 LR, de 50 assentos, da Harbin Embraer. As entregas dos aviões ocorrerá entre novembro de 2006 e junho de 2007. A venda elevará para dez o número de jatos ERJ 145 na frota regional da China Eastern, visto que a China Eastern Airlines Jiangsu possui outros cinco jatos do mesmo modelo.

Atualmente, operam na China 14 aviões ERJ 145, três ERJ 170 e um avião executivo Legacy 600. De acordo com nota publicada pela Embraer, a empresa prevê demanda de 590 jatos de 30 a 120 assentos nos próximos 20 anos na China, representando 7% das entregas mundiais neste segmento.

TI

Empresas chinesas formam aliança para promoção de novo padrão tecnológico

Vinte companhias chinesas formaram a aliança industrial para promoção da tecnologia WAPI (*Wireless Authentication and Privacy Infrastructure*), padrão de criptografia específico para equipamento de rede local sem fio. Founder Group, Lenovo, Hisense, Haier, Huawei Technologies, Datang Mobile e Datang Microelectronics Technology são algumas das empresas envolvidas.

A aliança, incentivada pelo governo chinês, busca reduzir a dependência do país da tecnologia estrangeira, e poderá reacender disputas comerciais com os Estados Unidos, sede da Intel, maior produtora dos chips utilizados atualmente como padrão. Outros projetos com objetivos similares, como o desenvolvimento de tecnologia TD-SCDMA para celulares e IGRS para aparelhos domésticos, também estão sendo estimulados pelo governo chinês.

Sistema bancário

Estrangeiros compram 10% do ICBC por US\$ 3,8 bilhões

O banco de investimentos Goldman Sachs, a seguradora Allianz e a companhia de serviços financeiros American Express adquiriram 10% do Banco Industrial e Comercial da China (ICBC, na sigla em inglês). O investimento, de US\$ 3,78 bilhões, foi o maior realizado por estrangeiros na história do setor financeiro chinês.

O comunicado oficial do ICBC omitiu o montante exato de ações adquiridas. Fontes do setor afirmam que o grupo Goldman Sachs investiu US\$ 2,6 bilhões para obter 7% das ações, a Allianz pagou US\$ 1 bilhão por 2,5% e o restante foi adquirido pelo American Express por US\$ 200 milhões.

O ICBC detém um quinto das operações bancárias da China, sendo o maior banco do país. A venda de ações do banco estatal no mercado financeiro está prevista para o segundo semestre de 2006.

Commodities

China eleva o volume de compras de algodão em 35%

Maior consumidor – e também produtor – mundial de algodão, a China expandiu suas importações em 35% no ano passado, o que representa adição de 2,57 milhões de toneladas da fibra ao volume importado. A produção interna de algodão não é suficiente para suprir a demanda chinesa, fator que beneficia significativamente produtores norte-americanos, os principais fornecedores do mercado chinês. A última safra chinesa foi prejudicada por problemas climáticos, causando uma redução na produção nacional de 16% em relação ao ano anterior. Em dezembro de 2005, a importação chinesa foi de 350 mil toneladas, volume elevado em comparação ao mesmo período do ano anterior, quando foram importadas 59,7 mil toneladas.

Minério de ferro

Após tentativa de intervenção, governo autoriza empresas a negociar preços

Em meados de março, vazou para a imprensa memorando confidencial do Ministério do Comércio chinês que estipulava tetos de preço e outras condições a serem observadas pelas siderúrgicas chinesas nas negociações anuais de preços de minério de ferro. De acordo com o memorando, as empresas que não observassem os limites estabelecidos pelo governo seriam punidas. O documento fazia referência explícita às gigantes da mineração BHP Billiton, Rio Tinto e Companhia Vale do Rio Doce. A nota foi interpretada pelos fornecedores como uma tentativa de impor algum controle de preço às vésperas da conclusão das negociações anuais de definição do preço internacional do minério de ferro.

Após protestos dos governos australiano e brasileiro, o governo chinês afirmou que não desejava interferir nos mecanismos de mercado pelos quais os preços de minério são definidos, mas tão somente monitorar “abusos” em vendas *spot* de minério de ferro, as quais estariam prejudicando empresas chinesas. O ministro-chefe da Comissão Nacional de Desenvolvimento e Reforma (NDRC), Ma Kai, declarou em entrevista à Agência Xinhua que “os preços serão estipulados pelo mercado e pelas partes envolvidas na negociação”. A declaração de Ma foi ao encontro de carta de esclarecimento encaminhada, dias antes, pelo Ministério do Comércio da China à Embaixada brasileira em Pequim. A carta dizia que o governo desejava apenas monitorar os fluxos de importação da matéria-prima, e que não haveria controle de preços.

Transporte de cargas

FedEx adquire 50% das ações de seu sócio chinês

A companhia norte-americana FedEx comprou 50% das ações do seu sócio chinês, o grupo Tianjin Datian W (DTW). A FedEx pagará US\$ 400 milhões pelo empreendimento conjunto, que passará a ser chamado de *FedEX-DTW International Priority Express*, e pela rede expressa doméstica do DTW. À medida que as indústrias de manufatura mudam suas fábricas para o interior com o intuito de fugir dos crescentes níveis salariais da região litorânea, as cidades chinesas secundárias passam a depender de firmas de transporte de cargas. A aquisição permitirá maiores controle e acesso a essas regiões por parte da empresa norte-americana. A FedEx começou a operar na China em 1984, e atualmente está construindo um centro regional de operações em Guangzhou.

Toyota Motor investe em P&D na China

China FAW Group e Toyota Motor uniram-se em uma *joint-venture* de pesquisa e desenvolvimento na China, conforme divulgado pelo jornal japonês Nihon Keizai Shimbun em 02 de fevereiro. Cada empresa deterá 50% de participação na parceria. A montadora japonesa aspira aumentar as vendas na China e, no futuro, buscará fabricar carros híbridos (movidos a gasolina e a álcool) no país. A formação da *joint-venture* é uma tentativa de a Toyota aproveitar-se das regras chinesas que garantem vantagens fiscais às empresas que realizam P&D na China. O cenário favorável estimulou também a General Motors e a Volkswagen a analisar parcerias nos mesmos moldes. A Toyota possui outras sete unidades de pesquisa e desenvolvimento pelo mundo.

Varejo

Trust-Mart está disponível no mercado

A maior rede varejista da China, Trust-Mart, deverá envolver-se, nos próximos meses, na mais importante negociação do setor de varejo da história chinesa. O grupo taiwanês que controla o Trust-Mart apontou o banco UBS para conduzir a venda, o que abre as portas para que multinacionais varejistas tenham a oportunidade de comprar a rede chinesa.

Analistas de mercado estimam que a negociação deverá movimentar cerca de US\$ 2 bilhões e atrair o interesse de grupos internacionais como Walt-Mart, Carrefour e Tesco, segundo a reportagem do jornal britânico *Financial Times*. Uma das grandes atrações da Trust-Mart é a sua abrangência, com 100 lojas distribuídas por 20 províncias chinesas. A rede tem vendas anuais superiores a US\$ 1 bilhão. O mercado de varejo chinês expandiu-se, na última década, em cerca de 10% ao ano.

Modernização

China adota padrão de contabilidade internacional

A China decidiu adotar padrões nacionais de contabilidade para harmonizar suas contas com as normas internacionais. A medida faz parte da revisão econômica dos últimos dez anos promovida pelo governo, a mesma que reavaliou o PIB chinês no final de 2005. O novo padrão baseia-se no *International Financial Reporting Standards* (IFRS) adotado pelo Reino Unido e outros 100 países.

O IFRS será adaptado para as características da economia chinesa e será chamado de *Chinese Accounting Standards System*. Ao contrário dos demais países que utilizam o IFRS, a China não reavaliará os valores contabilizados de acordo com a mudança das condições econômicas. Funcionários do Ministério das Finanças acreditam que tal medida evitará manipulação das contas. As novas regras serão aplicadas a partir de 1º de janeiro de 2007. A decisão é uma evidência da vontade do governo de internalizar as práticas econômicas e empresariais. A medida pode, ainda, levar os demais países do leste asiático, como a Coreia do Sul, a adotar a mesma política de contabilidade.

Propriedade intelectual

Leste asiático responde por 24% dos pedidos internacionais de patente

China, Japão e Coreia do Sul responderam, em 2005, por 24,1% dos pedidos recebidos pela Organização Mundial da Propriedade Intelectual para o registro internacional de patentes. No total, a organização recebeu 134 requisições em 2005, crescimento de 9,4% em relação a 2004. A China ultrapassou Canadá, Itália e Austrália e ficou em décimo lugar entre os países com maior número de solicitações, com 2.452 pedidos, aumento de 43,7% em relação a 2004.

Empresas estatais

Lucro das estatais chinesas cresce 28% em 2005

As 169 principais estatais chinesas lucraram, no conjunto, US\$ 78 bilhões em 2005, alta de 28% em relação ao ano anterior. O faturamento desse mesmo conjunto de empresas cresceu 20%, em US\$ 831 bilhões. Já os ativos passaram a somar US\$ 1,3 trilhão, aumento de 15% no ano. Os números foram divulgados pela Comissão para Supervisão e Administração do Patrimônio Estatal da China.

Carta da China

A **Carta da China** é publicada mensalmente pela secretaria executiva do Conselho Empresarial Brasil-China. Os artigos publicados não necessariamente refletem a opinião do CEBC nem de seus associados. A escolha de artigos analíticos, de matérias comentadas e de resumos de notícias é de responsabilidade da secretaria executiva do CEBC.

A **Carta da China** é distribuída a associados do Conselho Empresarial Brasil-China e a destinatários recomendados por associados.

Editores

Renato Amorim
Isabela Nogueira

Estagiárias: Marla Naumann, Patrícia Siniscalchi e Zaira Lanna

Projeto gráfico

Casa do Cliente – www.casadocliente.com.br

Atendimento ao leitor

cebc@cebc.org.br